



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2021

Ata n.º 50

Aos vinte e sete dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de Maio, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 22-03-2021;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2020;-----

PONTO TRÊS: Análise e deliberação do Pedido de Suspensão do Mandato do Membro João Alexandre Sequeira Jorge da Silva; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Adesão do Município de Albufeira à Association Algarve STP - Algarve Systems and Technology Partnership;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da emissão de declaração de interesse municipal, referente à "Proposta de Declaração de Interesse Público do Canil Municipal"; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da emissão de declaração de interesse municipal, referente à "Proposta de Declaração de Interesse Público - Jardim dos Sentidos e Largo da Fonte na Guia"; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Melhoria das Acessibilidades Pedonais e Cicláveis na Rua António Aleixo e Arruamentos Envolventes" no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16 - Plano de Ação de Mobilidade Urbana e Sustentável (PAMUS) - Operações; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto em função de critérios materiais, para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Nissan e Mitsubishi, incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", pelo valor base de 109.800,00€ + IVA;

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto em função de critérios materiais, para



"Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Mercedes, incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", pelo valor base de 16.080,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Pão da Saúde, Pão de Mistura e Papo-Secos para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 40.000,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Produtos Ultracongelados para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 45.000,00€ + IVA; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Peixe Congelado para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 95.000,00€ + IVA;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Mercearias para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 110.000,00€ + IVA;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Carnes Frescas e Enchidos para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 110.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento Contínuo de Frutas e Produtos Hortícolas para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira, Jardins de Infância, Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 235.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de



21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aquisição de Estores e/ou Cortinados para as Escolas do Concelho e Parque Lúdico", até ao limite de 260.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZASSETTE: Apreciação e deliberação, sob proposta Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento Contínuo de Refeições e Lanches Escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia, JI da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves", até ao limite de 515.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica para Implementação do Plano de Segurança da Água", com o preço base de 19.850,00€ + IVA;-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento de Massas Betuminosas Asfálticas", até ao limite de 140.000,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Clipping - 2021 e 2022", com o preço base de 7.560,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Case, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", com o preço base de 30.000,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Vice-Presidente, da proposta de alteração do Caminho Público no Malhão, "Casa do Forno", Freguesia de Paderne, Processo n.º 44/2016;-----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Pela Crescente Violência nos Territórios Palestinos Ocupados";--

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Da Criação de Zonas Livres de Cidadãos LGBTIQ na Polónia e Hungria";-----



PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), José Manuel Guerreiro Vila Nova (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (Independente), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: João Silva, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Renato Pimenta, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, José Vila Nova, Raquel Reis, Bertílio Matias, Cândido Reigado, Rui Bernardo e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Carlos Afonso: "Boa noite, venho em representação da loja Quattro Decor e venho para questionar o Senhor Presidente do município em relação a tais obras que seria suposto fazer ali e que acabaram por não ser feitas. Além disso, trago um problema que é decorrente dessas mesmas obras, não terem sido feitas. Só para recapitular: em Agosto ou Setembro do ano passado, eu fui falar com o Senhor Presidente, expus aquele problema que temos, do facto dos carros passarem ali em frente ao nosso espaço e tudo mais, poderem-se atropelar crianças, etc., a pedir que se fizessem ali



algum tipo de alteração, na altura o Senhor disse-me que em Novembro iria haver uma reunião e que nessa reunião com todos os intervenientes da baixa do município, os taxistas, etc., iríamos abordar essas questões todas. Entretanto, passou-se Novembro, em Dezembro vim a uma reunião destas, em que questionei novamente acerca disso e o Senhor Presidente disse que seria para breve, provavelmente em Janeiro essa reunião haveria. Então, em Janeiro o Senhor Presidente disse que seria muito provavelmente em Fevereiro e depois em Fevereiro numa das vezes que passou lá com o Eng. Batalha, que eu fiquei altamente satisfeito com aquilo, a achar que as coisas estavam no bom caminho, foi lá dizer que provavelmente em Março. Entretanto, passou-se Março, Abril, Maio. Aliás em Março ou Abril ainda falamos mais uma vez, que a reunião seria já na semana a seguir e entretanto estamos a chegar a Junho e acabou por não se fazer nada daquilo. Não ponho em causa a sua boa vontade ou a sua preocupação, mas em efeitos práticos não tem resultado em nada. Isso para mim, que fiz contas que realmente aquele problema ia ser resolvido, para mim e para os outros intervenientes, nenhum deles hoje pode estar aqui e ninguém me nomeou para falar pelos restantes, à exceção do Nuno Mateus, que é essa a razão que me trás aqui hoje, mas todos fizemos fé que realmente as coisas se pudessem resolver. O que eu quero saber agora é qual foi o problema, quais foram as razões para não ter havido reunião, nem se ter feito nada daquilo que tinha sido planeado, a não ser a questão do lixo, lá do Penisga, que isso foi resolvido. Queria saber isso e saber para quando serão realmente essas intervenções, o que é que está planeado, porque agora de certeza que já não deve ser, imagino eu. Uma vez que já não deve ser agora, eu já a assumir, a tal intervenção na nossa parte da avenida, nós temos um outro problema, que é o problema das cargas e descargas, eu e o Nuno, agora falando por mim e pelo Nuno Mateus que não pôde estar aqui hoje, mas que partilha este problema comigo. No ano passado, colocaram no sítio que era das cargas e descargas, em frente à gelataria do Nuno Mateus e o supermercado Sipel, era ali que os carros paravam para cargas e descargas, colocaram lá uns bancos de madeira e agora já nenhum carro consegue passar para lá. O que é que vai acontecer agora? Esses carros que num ano normal iriam lá parar para fazer cargas e descargas já não têm como passar para lá e então vão começar a parar na faixa de rodagem, isto já começou a acontecer. No outro dia tive um carro ali parado em frente à loja duas horas, na outra vez foi metade da tarde e isto ainda nem começou a sério a época. A partir do momento que começar a haver os restaurantes todos abertos e os



bares todos abertos as pessoas não têm um sítio onde descarregar e eles vão parar em frente à gelataria do Nuno, vão parar em frente à minha loja e vão parar naquele corredor todo porque não há outro sítio. Para o outro lado é a praça dos táxis e é a circulação normal de viaturas, eles não vão ter outro sítio onde parar. Portanto, o que nós pedimos é se podem retirar esses bancos de madeira, que foram lá colocados no verão passado, para que as pessoas possam parar lá para descarregar com as tais cancelas, como havia antes de colocarem lá os bancos, para minimizar o nosso prejuízo durante este verão. Relativamente àquilo que se há-de fazer, eu não sei o que é que vai ser feito, acredito nisso que disse na reunião, mas um bom local para as cargas e descargas seria no Largo da Praia dos Pescadores, porque ali não vai incomodar ninguém. Nós que estamos ali diariamente a ter que levar com aquilo, vou ter que andar a irritar-me com as pessoas, eles vão-se chatear comigo e pode continuar a acontecer o tal problema de crianças a serem atropeladas, etc., isso eu já falei da outra vez."-----

Vítor Cardoso: "Boa noite, venho a nível pessoal e por várias outras pessoas amigas por causa do acesso ao mar aqui em Albufeira. Em termos uma rampa pública, isso foi-nos retirado há vários anos, havia vários sítios para pôr os barcos e neste momento só há sítios que são pagos, como por exemplo na Marina e todas as pessoas que têm embarcações não têm direito a terem um acesso ao mar. Já pus essa questão ao Senhor Presidente, gostaria de saber se já estão a pensar em fazer alguma coisa, intervir na rampa, no porto de abrigo, não deixa de ser um Porto de abrigo, para voltar a ser como era antes, para podermos usufruir todos dela, juntamente com os pescadores e as outras embarcações de recreio, para ver se conseguimos entrar no mar em Albufeira. Porque, mais ou menos, eu vou-vos dizer estou há um ano e meio à espera de entrar no mar em Albufeira."-----

Óscar Hilário: "Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, caros Membros da Assembleia Municipal, a razão que me trás aqui tem a ver com o tema da educação. Como todos sabemos e concordaremos, a educação tem sido um parente pobre e um fator de desinvestimento crescente no país. Temos tido problemas com professores, temos tido questões que dizem respeito à redução do número de alunos por turma, e mais outras questões relativamente à parte escolar que não têm sido devidamente corrigidos e todos nós teremos também em conta que a educação devia ser uma premissa do nosso país. Infelizmente o município acompanha este desinvestimento e é precisamente por essa questão que me tem sido transmitida, sobretudo porque sou pai



de uma criança que se encontra num estabelecimento do primeiro ciclo, que me trouxe aqui e que me levou, juntamente com outros encarregados de educação a realizar uma petição. Essa petição foi criada há dez dias e já reuniu mais de duzentas e dez assinaturas, o nosso objectivo é chegar pelo menos às quinhentas, para fazer face ou sobretudo para que possamos ter noção desta situação, que julgo que será do conhecimento de alguns. De qualquer forma queria ainda referir que segundo os dados da PORDATA o concelho de Albufeira tem sido aquele que tem tido o crescimento da população estudantil maior ou pelo menos não tem havido um decréscimo, que já é bom e tudo isso portanto leva a que o investimento no parque escolar, nos nossos equipamentos escolares urge que seja feito, uma vez que eles têm vindo a degradar-se e neste momento estamos numa situação muito complicada. Acho que por uma questão de dever cívico, um exercício de cidadania eu iria ler o texto da petição e deixo a vocês o critério de o assinar, porque eu acho que todos os pais, todos os filhos de Albufeira vê-lo-iam com bom aspeto e esta iniciativa que pode ser replicada para outras escolas do primeiro ciclo, devia acontecer. Creio que será consensual o facto de partilharmos a visão de que a educação é um direito humano alienável que capacita e desenvolve indivíduos, famílias e comunidades, que comprovadamente colabora na melhoria da qualidade de vida, ajuda a mitigar a pobreza, a promover a empregabilidade, a desenvolver comportamentos de defesa da saúde e bem-estar, a defender a igualdade de género e valorizar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia. Está há dezenas de anos em Portugal consagrado na Constituição que todos têm direito à educação, que compete ao Estado promover a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade. Consideramos que as crianças e os jovens têm direito a um ensino de qualidade tendo o estado, as autarquias e a escola o dever de lho proporcionar, por um lado e a sociedade como um todo, o poder para garantir, por outro. É através desta contextualização que chegamos à EB1 das Fontainhas. A escola possui seis salas de aulas neste momento a funcionar, nomeadamente as salas número um, dois, três e quatro, que estão inseridas em edifícios com quase trinta anos apresentando com muita frequência necessidade de reparações, manutenções e obras de restauro devido a infiltrações, humidades, soalho empoldado, telhados com aberturas, etc. Neste ano lectivo de dois mil e vinte dois mil e



vinte e um, a EB1 de Fontainhas voltou a crescer, neste momento tem seis turmas e uma população estudantil de cento e trinta alunos. Cento e trinta alunos que circulam desde as oito e meia da manhã até sensivelmente às seis da tarde naqueles corredores. Sempre que chove, os alunos da escola não têm nenhum tipo de espaço onde possam passar os seus intervalos e ocupar os seus tempos livres à exceção da Biblioteca. A Associação de Pais e Encarregados de Educação, em reunião com o Sr. Presidente da Câmara de Albufeira, Dr. José Carlos Rolo, datada de quinze de maio de dois mil e dezoito, exibiu esta problemática bem como a falta de espaços com sombra no recinto escolar, através de documento entregue em mão. É precisamente a falta de sombras no recinto escolar que originou a criação desta petição. Estando a escola inserida numa região em que a maior parte do ano apresenta dias de sol e calor intenso, o espaço escolar deveria ser dotado de zonas exteriores cobertas onde as crianças pudessem permanecer. O único espaço exterior atualmente existente na escola, encontra-se num pequeno telheiro, sendo manifestamente escasso para o universo dos alunos existentes na escola. Nos últimos cinco anos a procura e a inscrição de crianças para este estabelecimento de ensino tem aumentado consideravelmente, tornando neste caso insuficiente para o que existe actualmente. É importante sublinhar que a pele da criança, ainda em desenvolvimento, é muito mais frágil do que a dos adultos, nomeadamente face aos malefícios dos raios ultravioleta. Só existe apenas uma solução, protegê-la eficazmente. Mais premente se torna, então, a instalação de estruturas de sombreamento para fazer face a este problema. A exposição solar é indispensável para a produção de vitamina D, mas o seu excesso traz alguns riscos para a saúde, assim como envelhecimento da pele precoce, cancro da pele, queimaduras solares ou mesmo problemas oculares. O risco de desenvolver cancro da pele está relacionada com a quantidade de radiação UV a que uma pessoa é exposta durante a vida, especialmente durante a infância, pois estima-se que setenta e cinco a oitenta por cento da exposição solar ocorre até aos dezoito anos. Acresce-se o facto de as horas mais severas e danosas (dez e trinta às dezasseis e trinta) corresponderem ao período do intervalo, hora do almoço e horário das AECs onde as crianças se encontram mais desprotegidas perante este flagelo. Por conseguinte, consideramos que chegou a hora de dar voz às crianças. Estas, hoje, serão os adultos de amanhã, e todo o investimento realizado no seu bem-estar e segurança serão o garante de uma sociedade mais justa e solidária. A colocação de estruturas de sombreamento, como se



elencam na figura anexa em tom azul, depois se quiserem poderei vos disponibilizar a planta, representam um investimento extremamente reduzido para a autarquia, para além de um extraordinário custo/benefício e custo/utilidade, não se compreendendo como esta medida não tenha sido já implementada e replicada em todos os equipamentos escolares que dela carecem. Os pais, os cidadãos do município e toda a comunidade escolar agradecem a resolução deste problema, facilmente ultrapassável, que se arrasta há anos e que esperamos, agora, ser atendido. Em prol das nossas crianças e do seu desenvolvimento harmonioso e saudável. Perante o que foi aqui exposto, as minhas duas únicas perguntas ao Senhor Presidente são se está ciente desta situação? O que está disposto a comprometer-se na resolução deste problema?"-

Presidente da Assembleia: "Temos aqui uma intervenção por escrito de Luis Manuel Balula, que como não está presente vou passar a ler." (Doc. n.º1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, bem-vindos a esta reunião de Assembleia, responder ao senhor Carlos Afonso, começando pelas cargas e descargas, obviamente que tem de ser regularizada e regulamentadas a partir de agora, a partir de agora deixa de haver as obras de recuperação de alguns edifícios e de alguns estabelecimentos e da própria rua, portanto, a partir de agora deve deixar aquela panóplia de viaturas de passar naquela artéria. Mas evidentemente que tem de haver cargas e descargas, tal como o Polis na altura não conseguiu resolver os problemas da baixa, nomeadamente como já tenho dito, a questão da higiene urbana. Daí que agora começamos a colocar ilhas ecológicas no sentido de resolver um gravíssimo problema que está ali na baixa. As pessoas não se apercebem muito, mas o único sítio onde há recolha de resíduos é no compactador que está no parque de estacionamento. Foi uma situação de recurso porque tinha havido esquecimento no projeto em regularizar essa questão dos resíduos. Relativamente às questões do trânsito passar pelo centro da via, ou passar junto a uma extrema da rua, junto à parede, evidentemente que essa situação tem de ser vista em termos de um todo e de um projeto. Pensava eu que o projeto tivesse um pouco mais avançado, mas apenas temos o estudo prévio desse mesmo projeto. Evidentemente que a rua e se pensarmos na Avenida Vinte e Cinco de Abril, a partir de determinada zona tem o mesmo tipo de problema e não seria de "bom tom", digo eu, sem haver discussão com todos os elementos ali da baixa, fazer apenas num troço de rua, para não fazer nos outros troços da mesma artéria, da mesma avenida. Daí que houve este compasso de espera, não estou a dizer com isto que não



concordo, até posso concordar com essa situação, mas tem de ser vista num todo e num ponto de vista harmónico e funcional. Relativamente à sugestão das cargas e descargas no Largo dos Pescadores, é um exemplo e uma sugestão, anotei no sentido de poder vir a ser utilizado. Relativamente ao Senhor Vitor Cardoso, sobre o acesso ao mar, faço lembrar que, nós temos na praia, ex praia da Baleeira, há um espaço onde os barcos são recolhidos e de acesso, só que esse acesso tem de ser feito por espaços privados da Marina de Albufeira, foi assim que ficou desde início, quando o Porto de Abrigo foi feito e quando a Marina foi feita. Todos nós nos lembramos, já lá vão uns aninhos bastante bons. Relativamente à outra parte do Porto de Abrigo, estava apenas entregue à Docapesca e à questão dos pescadores, terá de ser estudada, como disse para a questão da Avenida Vinte e Cinco de Abril, terá que ser estudado um todo. Na outra situação parece que ficamos sempre a dever um favor, ainda há poucos dias lá estive, a dever um favor à Marina porque nos deixa por lá passar para as oficinas, até poderá não ser por favor nenhum. Na altura não ficou bem determinado e bem definido qual o processo que deveria ser aquele acesso ao mar, agora, evidentemente que é um problema, como no outro me falou mas eu já tinha essa noção, já tinha estado lá uma vez em reunião com os membros da Associação dos Pescadores da Baleeira, e tenho pessoas da Câmara a tratar dos assuntos relacionados com a vivência deles lá, nomeadamente em reparações das suas instalações, a questão da luz, a questão do acesso, como já disse é aquilo que nós conhecemos. O problema existe, a solução poderá vir a existir, agora quando não lhe consigo responder. Relativamente ao Senhor Óscar, quer dizer que estamos a colocar sombreamento em várias escolas, penso que até uma delas já está previsto esse sombreamento. A escola das Fontainhas até tem tido algumas reparações, falou na questão da degradação do parque escolar, eu faço lembrar que há doze/treze anos o parque escolar de Albufeira tem sido dos melhores em termos distritais, mas não está aqui em causa a classificação nem comparação nenhuma. Evidentemente que há degradações que se vão registando com o uso que vão tendo, não só pela quantidade mas também pelo dia a dia, no entanto fica o registo desse sombreamento. Também quero referir que nessa escola está neste momento obras de aumento de instalações relativamente ao ATL, é umas instalações que não são absolutamente nada de desprezar, que conheço minimamente, mas poderá haver sempre uma outra deficiência relativamente aos estores das janelas, ou até infiltrações, que isso acontece a qualquer momento e em qualquer sítio. São sempre



situações às vezes até morosas e difíceis de resolver. Relativamente ao sombreamento, vou tratar disso e está registado. Quanto ao Senhor Luis Balula que enviou uma comunicação escrita, por causa daquele espaço que está no cimo da Rua Ramalho Ortigão, na descida para a praia da Oura, esse espaço não é um parque de estacionamento, nunca foi, é um buraco que está ali há imensos anos, tivemos intenções, em tempo, de adquiri-lo para fazer, precisamente, um parque de estacionamento e isso não veio a acontecer. Entretanto sabemos que foram vários problemas na altura com o Grupo Montechoro, que era o proprietário daquele espaço todo e que depois foi vendido ao MGM, salvo erro. Segundo sei, o MGM teria vendido aquele espaço a outra pessoa. Penso que é possível, haver dali ainda um estacionamento, pode ser um estacionamento privado, não significa que tenha de ser de ser público, embora concorde mais que os estabelecimentos sejam públicos, de qualquer das maneiras pode ser perfeitamente privado, está num sítio óptimo para isso acontecer, um sítio onde é preciso realmente estacionamento. Agora, uma coisa que vou fazer dentro de pouco tempo é tentar marcar uma reunião com o proprietário para tentar perceber qual é o projeto que tem para aquele espaço. Relativamente às sugestões que aponta, ficaram registadas, os serviços vão tentar verificar, já tivemos lá algumas intervenções no sentido de minimizar o problema do perigo de cair no buraco e de alguma forma de algum pormenor em termos de alindamento do espaço, embora o espaço não é muito agradável, e só tem um sentido, o espaço é curto. Também percebo que a outra Rua Oliveira Martins, a rua que sobe para a Rua José Fontanta, essa rua como ele diz na comunicação muitas vezes tem os autocarros estacionados e depois é difícil a passagem, porque a saída tem de ser sempre feita por lá. Aquela rua serve o Clube Praia da Oura e outros estabelecimentos hoteleiros."-----

Carlos Afonso: "Relativamente à questão dos bancos de madeira que eu pedi para serem retirados agora e ponham as cancelas, de modo a que as viaturas possam lá parar para cargas e descargas o Senhor Presidente não me chegou a dizer nada. E isso era o que acontecia, até ao ano passado, desde as obras da Polis, até meio do verão passado, isso iria nos ajudar bastante. O Senhor Presidente estava a dizer que a partir de agora iria deixar de haver aquela azáfama de carros, na verdade é exactamente o contrário. A partir de agora é que vai começar a haver uma grande azáfama de carros. Porque as viaturas vão chegar ali todos os dias, camiões e carrinhas, para descarregar para os restaurantes, lojas, bares, etc., a zona comercial que temos e não vão ter onde



parar. Isso vai-nos prejudicar muito, tanto a mim quanto ao Nuno Mateus. Era para saber se realmente é possível fazer isso, uma vez que os colocaram lá o ano passado, é só retirar e pôr as cancelas e chegando a hora que já não é para mais ninguém descarregar estão lá as cancelas e pronto, porque senão vamos nós estar ali a levar com os carros em frente os nossos espaços o verão inteiro. E vamos nos chatear e eu vou vir aqui a outras reuniões e aquilo não pode continuar para nós, aquilo vai nos dar muitos problemas e nós continuamos a sentirmo-nos um bocado como os injustiçados da rua, porque por um lado podem ter tudo e nós estamos ali e temos de estar a levar com carros e com trinta por uma linha. Relativamente à outra questão, das tais obras, eu percebo isso, mas o Senhor Presidente também me podia já ter dito isso, eu já tentei contactá-lo inúmeras vezes, para saber o porquê, até agora, esta é a primeira vez em todas as vezes que falei consigo, que o Senhor me diz que afinal tem de haver um parecer com a rua toda. Porque na altura o que nós tínhamos falado era que no espaço em que nós estamos, tanto eu como o Nuno Mateus, como o Senhor Florival, ali não vai empatar ninguém, não vai retirar o espaço de ninguém, não é preciso mexer em nada do que lá está, a não ser chegar as bancas um bocadinho para um lado e para outro e eles até estão de acordo, porque isto deu-me um trabalho gigantesco, eu andar a reunir consensos do pessoal das bancas, reunir com o pessoal da Associação de Táxis, arranjei todas as maneiras possíveis para conseguir desbloquear aquilo, porque aquilo me prejudica. Não é porque eu não tenho nada que fazer, tenho montes de coisas para fazer, mas aquilo prejudica-me. Hoje eu não tenho tempo para isso, mas dentro de em breve vou vir aqui a uma reunião, para com números explicar o que nos aconteceu a nós, como um dos últimos representantes das lojas de comércio tradicional na baixa, desde que as obras do programa Polis foram feitas. Portanto, estas coisas prejudicam-me, fazem-me perder dinheiro, deixar de ter postos de trabalho. É por isso que eu tentei resolver e tento arranjar o máximo de consensos possíveis, para se conseguir chegar a bom porto. Eu percebo que no final da avenida o pessoal já tenha lá as estruturas, eu percebo, que não se possa fazer isso, mas ali no nosso espaço não implica nada disso, os que estão do nosso lado, aliás na reunião que tivemos em Janeiro o Senhor Presidente até disse isso, que nós só estávamos contemplar o nosso lado da rua, do outro lado toda a gente tem o espaço que quer, para eles está bom. Nós só estamos a pedir para a faixa passar um bocadinho pelo meio, se não vai chatear ninguém, se as pessoas que estão ali estão todas de acordo, penso que as barreiras estão todas desbloqueadas



podia ser uma boa oportunidade de se fazer isso. Agora, já vi que não vai ser nada feito agora e pelos vistos vai demorar algum tempo. O que eu queria saber, além disso, dos bancos de madeira, volto a salientar se será possível fazer isso? E quais são as perspectivas, o que é que vai ser feito após o verão?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente aos bancos de madeira, pode-se verificar quais são e onde estão e podem vir a ser retirados, não digo que não sejam, embora não tenha referido isso, mas podem vir a ser, se, se verificar que isso é útil para as cargas e descargas. Eu quando disse que ia reduzir o trânsito era em determinadas horas, porque o trânsito vai passar a ser de cargas e descargas e pouco mais que isso. Relativamente àquilo que se irá fazer, tem que se ter em conta o projeto que irá ser entregue, o projeto de execução, para poder ver o que se prevê, há ali vários problemas como já disse, iluminação pública, há a questão dos resíduos, há a questão do espaço público, provavelmente há questões também na parte subterrânea, há ali ainda muita situação a resolver. Com certeza que irá ser feita por fases, no próximo ano ou o próximo executivo, a partir de Setembro, como sabe vai haver eleições e outro executivo vai entrar em funções. Nessa altura, irá ser com certeza uma das prioridades o centro de Albufeira, só que é extremamente sensível não só pelo trânsito, mas por tudo aquilo que já acabei de dizer. A questão dos bancos de madeira está anotada."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, Senhor Presidente o que me trás aqui não são questões, é o reiterar de uma crítica que já aqui fiz há algumas semanas, numa outra Assembleia. Mas desta vez com um maior acento nas obras que têm proliferado na cidade nas últimas semanas, em particular as obras nas estradas. Naturalmente que é sempre positivo, que as estradas sofram obras e melhorias, no entanto também é natural que nos questionemos do "timing" dessas mesmas obras. Porque estivemos fechados em casa, confinados durante meses, os comércios, os restaurantes, estiveram fechados e agora que estamos às portas do verão, que as pessoas precisam de trabalhar, que os restaurantes reabrem, as esplanadas precisam de trabalhar e agora nesta fase, que as pessoas já circulam, vão para os trabalhos, mais que anteriormente e as pessoas agora



têm de ter os clientes nas esplanadas a ouvir as máquinas a trabalhar, o pó, nas estradas quando circulam, nomeadamente no eixo viário entre a Marina e a rotunda dos golfinhos, andam em circulação alternada, isto numa fase em que estamos a entrar no verão, numa fase em que queremos ter a cidade bonita e capaz para acolher os turistas, mesmo nós, Albufeirenses, queremos circular como deve de ser, portanto, o "timing" Senhor Presidente é aquilo que eu questiono. Porque a ideia que passa é que há falta de planeamento, há falta de coordenação e que o Senhor Presidente estará eventualmente a correr atrás do prejuízo, com o fim eleitoralista, uma vez que em Outubro as eleições estão aí à porta."-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, gostaria de saber se essas largas dezenas de cartazes que estão espalhados pela cidade de Albufeira estão devidamente licenciados. Os cartazes que me estou a referir são obviamente os cartazes que dizem "lembram-se por quem foi feita esta obra?", todos nós sabemos de quem são. E queria saber também, se não estão devidamente licenciados, se a partir de agora todos nós, empresas particulares, o poderíamos fazer aqui no concelho, pois a informação que eu tenho é que não estão licenciados, mas gostava de ouvir isso da parte do Presidente."—

Adriano Ferrão: "Boa noite a todos os presentes, eu gostaria de deixar aqui que estou solidário com esta pretensão de que este concelho desenvolva mais rampas de acesso para os barcos de recreio. Já não é a primeira vez que eu falo nisto, já trouxe este problema aqui em outros mandatos, inclusivamente lá muito atrás, quando ainda não era o PSD no poder e sempre achei que Albufeira tinha um défice de chegar com barcos de recreio ao mar. Como que a cidade ao fim de contas vivesse um pouco de costas para o meio marítimo e é uma cidade de mar. É uma cidade de mar e faz todo o sentido quando os nossos concelhos concorrentes em termos turísticos, quer Lagos, quer Portimão, quer mesmo Loulé com Vilamoura, têm um acesso facilitado ao mar àqueles que nos visitam. E são muitas as pessoas que cada vez têm mais barcos, aliás isso é facilmente constatável, têm mais barcos de recreio e o querem fazer assim como desenvolver alguns desportos náuticos que fariam todo o sentido que a nossa cidade também o tivesse. E penso que de ora avante deverá também ser enquadrado no desenvolvimento de Albufeira esse acesso facilitado. Porque o acesso que existe hoje, ele existe, mas é um acesso através de uma entidade privada que cobra uns valores relativamente altos, temos um clube, uma associação da Baleeira que, como todos sabemos, tem um acesso dificultado porque também passa pela propriedade privada da



própria Marina e isso faz com que uma pessoa que venha de fora não conhece os meios para lá chegar. Realmente os valores que são cobrados são extremamente altos e não há mais nenhuma rampa, mais nenhum acesso ao mar. E cada vez são mais as pessoas que nos visitam e também são mais os residentes que têm o seu barco e que gostariam de ver solucionado este problema. De modo que, quero me solidarizar com esta pretensão que acho que faz todo o sentido e que faz com que a cidade pudesse desenvolver também esse desporto náutico, vela, remos, etc., que iria ocupar a nossa juventude em actividades saudáveis e por isso é uma mais-valia que eu penso que merece ter-se em conta. Por outro lado ouvi falar das estradas e dos arruamentos e toda a valorização que temos feito na reabilitação de caminhos por este concelho é louvável, é um esforço enorme e quero congratular o executivo por cada vez mais conseguir informar como tem sido patente nos últimos tempos, informar os munícipes de todo o processo que envolve criar esse esforço, essa dinâmica de valorizar os caminhos que passa por concursos, passa por existirem quantidades, passa por impugnações, passa por valores que são relativamente altos e que tem que ir a Tribunais de Contas e por isso, tudo isso tenha uma demora que faça com que muitos desses caminhos, só agora possam estar a ser feitos, o que na perspectiva da oposição, como é também tradicional seja conotado como ação eleitoralista. Não o é, e é bom que a população saiba que o esforço da Câmara seja precisamente valorizado nesse sentido."-----

Ana Ramos: "Queria só responder ao Professor Ferrão, naturalmente que conotamos como sendo eleitoralista porque, obviamente que é de louvar, sempre que há melhorias nas estradas, naturalmente também é de louvar sempre que há eventos como o "Submit" e sempre que se fala em planos estratégicos, mas eu compreenderia esse discurso se estivéssemos num executivo que estivesse aqui há três ou quatro anos. Estamos ao fim de quatro anos num executivo, que por sinal é de uma cor política que está há cerca de vinte anos no concelho, o Senhor Presidente foi Vereador durante esse tempo todo, com pelouros até bastante relevantes e portanto esse discurso de que há concursos, eu compreendo, há concursos mas, houve muito tempo e não deixa de ser irónico e curioso que os concursos agora de repente haja um desenvolvimento e que tudo se resolva agora nesta fase. Mesmo assim, tudo tem um início, meio e fim, portanto acho que se houver planeamento e se houver coordenação e bom senso, não se teriam iniciado obras, agora nesta altura que estamos a chegar ao verão, que as



peessoas precisam de ter as esplanadas a funcionar, os restaurantes abertos, precisam de circular e temos as estradas no estado em que estão, em que muitas vezes os clientes não conseguem estar na esplanada, tal não é o barulho e o pó que se sente nas estradas."-----

Helena Simões: "Boa noite, respondendo às duas intervenções no que concerne a questão das obras, dos arruamentos, das estradas, das repavimentações, se é para uso político imediato, se não, estes quatro anos eu ouvi, da parte da oposição foi, "não se gasta, não se faz, não se investe" e agora que se faz, que se gasta e que se investe, estou a ouvir precisamente o inverso. Não sei se será demagogia se será falácia, fiquei aqui um bocadinho na dúvida. Dito isto, tive a oportunidade de acabar de chegar de férias, que fiz seis dias a passear de carro por Portugal e posso vos dizer que não houve um município que felizmente ou infelizmente use da mesma medida, todos eles estão em obras, todos eles estão a anunciar. Muitos deles, da cor política da oposição, dito isto, fico na dúvida se é demagogia, se é falácia, se alguém me conseguir esclarecer eu agradeço."-----

Adriano Ferrão: "Só quero lembrar que só se arranja o que está estragado e o que está estragado é normalmente por ação do tempo, por ação do trânsito que se vai fazendo e que em dois mil e oito, nove, onze, doze, enfim, vivemos tempos em que o desinvestimento foi notório porque não havia para fazê-lo e então é natural que durante esses anos se degradasse precisamente os arruamentos deste concelho e que agora tenha havido uma ação de reabilitá-los e por isso que agora esteja visível a todos nós."-----

Ana Ramos: "Realmente contra factos sobretudo naturalísticos não há argumentos, tudo o que eu aqui disse acho que faz sentido, inclusive o que o Professor Ferrão também faz algum sentido e o que a Helena também referiu. Obviamente que o que se estraga tem de ser arranjado e como eu disse e fiz a ressalva, é sempre bom que as estradas, em particular, sejam arranjadas, a questão não é essa. A questão é que tem de haver a capacidade e obviamente que aqui o PS sempre fez essa crítica de haver alguma, senão muita incapacidade de execução. Tem de haver essa capacidade de execução por parte do executivo, de executar, em tempo útil e ter o cuidado de respeito pelos munícipes, que por vezes não acontece, de respeito pelos munícipes, de escolher os "timings" para se fazer as coisas. Naturalmente que as obras são sempre bem-vindas, mas há uma enorme inoperância, incapacidade deste executivo de fazer as



obras, aliás nós alegamos isso aqui na bancada e constantemente respondem-nos com a questão dos concursos públicos, que leva tempo, como o Senhor Carlos aqui veio dizer e bem, era para ser no mês de Janeiro, depois afinal era no mês de Fevereiro e depois já era no mês de Março, e as coisas n vezes acabam por nunca se fazer, ou há uma incapacidade por causa dos concursos. Sabemos disso tudo, agora tem de haver uma melhor gestão já sabendo prever e fazendo o exercício de prognose, sabendo que essas coisas levam tempo, tem de haver a capacidade de prever para que as coisas ocorram nos “timings” melhores. E os “timings” melhores naturalmente que são no inverno, não é à boca do verão que andamos a fazer obras, no inverno ou quando estávamos mais confinados. Eu compreendo que há imensas obras por este Portugal fora em inúmeros municípios. Agora, não posso deixar de lamentar Senhor Presidente que as obras aconteçam quando os restaurantes abriam agora em Maio, depois de meses fechados e depois as obras acontecem quando os restaurantes acabaram de abrir, à porta dos restaurantes, à porta das esplanadas. Como não posso deixar de lamentar, quando estivemos meses em casa e agora o eixo viário é que está a ter intervenção, agora que estamos a chegar ao verão, com circulação alternada, com filas, é só isto, mais nada. Não estou aqui a dizer nada que não seja, penso e oiço muita gente a comentar o mesmo que eu, por isso é só isto.”-----

Francisco Oliveira: “Só para responder e dar uma indicação, penso que não é falácia nem demagogia, infelizmente é pura coincidência, de facto aconteceu assim, portanto nós temos valores relativamente elevados no erário público da Câmara Municipal durante anos, anos e anos e de facto tudo se concentrou nesta data. Poderemos dizer que é pura coincidência e coincidência com as eleições autárquicas parece ser demasiada coincidência. De forma alguma, demagogia ou falácia, mas realmente é por demais evidente que havia projectos, planos ou outras coisas ou mesmo assuntos relacionados com escolas que também neste momento ainda não estão resolvidos, há uma série de situações que têm a ver com equipamentos escolares que também não estão resolvidos mas esses se calhar não são vistos com tanta notoriedade e portanto o que é facto é que relativamente às estradas e ainda bem que acontece, mas pronto, aqui fica o meu registo, que é pura coincidência, uma coincidência com as eleições.”-----

Gaspar Meirinho: “Boa noite a todos, relativamente à questão das obras e foi dada ênfase à obra que está a decorrer entre a rotunda dos golfinhos até à zona da Marina, tenho recordação durante este mandato que foi falado algumas vezes, o executivo era



criticado porque nunca mais faziam, nunca mais arranjavam, isso foi posto em prática, foi levada avante e a obra está a ser executada agora e penso que ainda antes do verão estará terminada. Coincidiu com este tempo? Se calhar coincidiu, mas por um lado estar a ser criticado por não fazer e depois quando faz, voltar a ser criticado, penso que também não é muito justo para com o executivo. Só quero salutar e louvar efetivamente o executivo dar ouvidos à população e assim que lhes é possível levar as obras a cabo e executa-las. Se acontece no final do mandato ou no princípio do mandato, tudo isso passa por aquilo que o meu colega de bancada Adriano Ferrão falou, há uma série de procedimentos que têm que ser tomados em linha de conta, há depois questões que muitas vezes, pelos valores têm de ir a aprovação do Tribunal de Contas e portanto esse percurso tem que ser seguido, depois há concursos que ficam desertos, há empresas a quem foi adjudicada as obras que vão à falência, há uma série de factores externos que muitas vezes o município não consegue controlar, portanto esses "timings" têm de ser respeitados. Não entendo o porquê de a oposição estar neste momento, se calhar porque estamos em período pré eleitoralista, estar a vir fazer essas críticas relativamente às obras que estão a ser executadas. Se calhar, e é uma questão de ir verificar os processos relativos a essas obras, não foram executadas em tempo de pandemia, que estávamos todos confinados porque ainda não tinha chegado a altura do executivo poder dar a consequente ordem para que as obras fossem desenvolvidas. A mim parece-me também uma coincidência virem falar agora nessa questão."-----

Roberto Raposo: "Boa noite, o assunto que me trás aqui é um assunto que já cá trouxe sobre as obras que estão a ser feitas dos esgotos em Paderne. Eu já alertei para o fato de saber e o executivo sabe muito bem que a estação de tratamento que lá está, para aquilo que está lá ligado actualmente não funciona bem, e sabemos que há problemas com as descargas da ETAR, como é que agora se vai ligar quarenta fogos novos que estão a ser construídos, mais as aldeias desta primeiras fase e a seguir vai vir uma segunda fase, que é do outro lado, da parte norte, como é que aquela ETAR vai funcionar com mais centenas de habitações a fazer descargas para os esgotos? E se está prevista a ampliação da ETAR e para quando? Esse vai entretanto, enquanto não for feita essa ampliação, como é que aquela ETAR vai funcionar com a sobrecarga que vai ter?"-----



Presidente da Câmara: "Vou já responder ao Leonardo, em relação aos cartazes, se estão licenciados ou não. Quando se trata de questões meramente políticas, normalmente são situações muito sensíveis, e isso deduzo que não está licenciado. Não vou dizer que não me lembro, mas penso que não está licenciado. Por essa razão apenas, todos sabemos que ainda não estamos em situação de campanha eleitoral, mas nós até podemos fazer um pedido para a Comissão Nacional de Eleições para ver da possibilidade daquilo estar colocado já neste momento. Isso é o que eu prometo fazer. Relativamente com a questão relacionada com o mar, como já tive oportunidade de responder, foi uma situação criada há uns anos, situação que nunca ficou devidamente resolvida, como já disse, agora que temos algumas responsabilidades, neste caso o município de Albufeira sobre aquela área, já poderá ajudar a que seja mais fácil a utilização do porto de abrigo, de um lado ou de outro, com aqueles pontões que estão em cima da água, que possam ter mais atracador para mais barcos individuais, da comunidade. Vamos ver essa situação. Porque realmente é pena que uma terra que tem mar, evidentemente que usa esse mar de uma forma bastante relacionada com a economia, uma forma bastante forte, bastante produtiva diria eu, não só naquilo que é sol e praia, não podemos esquecer que o nosso tipo de turismo é sol e praia, isto para dizer que alguns dizem que a gente não usa o mar, usamos sim senhor. Temos também agora grande incremento nos últimos anos que tem havido nas marítimo-turísticas, uma outra vertente daquilo que é a diversificação do turismo e outras questões que poderão haver por aí e outros projectos poderão estar aí. Estamos em parceria com o município de Silves e Lagoa, estamos em pleno esforço para formar uma área de interesse marítimo. Toda essa situação está a ser trabalhada. Relativamente às obras das estradas, as obras que estão a decorrer neste momento não passam perto de esplanadas nenhuma, pelo menos eu não conheço e passo lá todos os dias nessas obras, ainda hoje passei, eram sete da manhã por duas delas. Portanto, conheço as obras muito a fundo, sei a evolução delas todas e cada uma tem a sua especificidade. Ana Ramos falou apenas desta aqui, mas já agora vou-lhe dar mais dados, falou na obra do eixo viário, que é onde passa todos os dias, acredito que não passe nas outras, talvez não seja necessário, mas esta obra teve logo à partida um problema com o projeto de execução que teve que ir abaixo e teve que se fazer um novo, logo aí uma perda de tempo, isto para dizer que depois do concurso aberto houve várias reclamações e depois demorou bastante tempo para vir um visto do Tribunal de Contas. Ultimamente,



houve realmente ali na última semana e chamei a atenção dos técnicos da Câmara, que talvez uma semana o empreiteiro desacelerou ali um bocadinho, é verdade. Isto para dizer que não é falta de planeamento, nem estou a correr atrás de prejuízo nenhum. É o trabalho, se o trabalho não é compensado com o esforço que tem, ou se o produto final não é compensado com o esforço que eu tenho a trabalhar, pois lamento, é porque se calhar não consegui fazer melhor, mas tento fazê-lo. E pode ter a certeza que ainda hoje falei naquela obra com o Diretor, que está aqui presente e com a Chefe de Divisão e o que está em cima do acontecimento é que eles têm de fazer neste momento, aquilo levou tubagens de água, estão a terminar e terminaram hoje, salvo erro, havia duas ou três válvulas para colocar, que são trabalhos muito morosos e que não permite estar mais gente a trabalhar, por isso é que havia pouca gente na obra, essas válvulas acabaram de ser instaladas, vão por em carga, fazer a experiência, experimentação, fazer o teste à conduta que lá foi colocada agora, tem de estar vinte e quatro horas em teste, não sei se é assim, o Engenheiro está a afirmar com a cabeça, a dizer que sim, depois disso têm de fazer alguns ramais e começar a pavimentação. Diria eu, ou queira que isso acontecesse, que por volta do dia doze ou treze de junho estaria tudo pavimentado, é isso que eu espero. Aconteceu nesta altura porque, alguém já aqui disse e com toda a razão, nós tivemos uma crise económica e financeira, em dois mil e oito, nove, dez, por aí fora, até dois mil e doze não foi feito praticamente nada em coisa nenhuma porque não havia meios, não havia recursos, não foi feito nas escolas, não foi feito nas estradas, não foi feito nas ruas, não foi feito em lado nenhum, não foi feito nos reservatórios de água, como está agora a ser feito uma ampliação de um deles. Depois tudo ficou para este espaço de tempo, ora, neste curto espaço de tempo, e vão quatro ou cinco anos, é preciso fazer projectos e não pode ser tudo feito tudo no mesmo ano, o orçamento não contempla tudo, depois é uma questão orçamental. Portanto, o Tribunal de Contas depois do visto, a empresa logo de seguida rapidamente começou a realizar a obra. Há outra estrada, da Baleeira e de São Rafael, que teve outro problema, foi encontrar uma conduta de fibrocimento e que o ACT imediatamente parou a obra durante quase um mês para tirar aquele fibrocimento, que é preciso tirar com alguns cuidados e com algumas regras e alguns critérios. Aí demorou mais tempo e agora já estão em plena colocação de tubagens, por aí fora. Depois há outra obra, que vai da Mosqueira para a Branqueira, que está em franco andamento, está bastante adiantada já, até é uma obra bastante complexa, mas está



adiantada para aquilo que deveria estar, quanto a mim era interessante que ela já estivesse. Mas esta obra também demorou imenso tempo a vir o visto do Tribunal de Contas, esta ainda demorou mais do que a do eixo viário. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Roberto, acho que sim, tem toda a razão e eu próprio já chamei a atenção das Águas do Algarve a as Águas do Algarve têm um projeto de ampliação da própria Etar, portanto eu espero que isso esteja. Como sabe o tratamento das águas residuais é competência das Águas do Algarve, daí que eles estão em cima desse desidrato, espero que isso esteja tudo resolvido com tempo e para bem de todos.”-----

Leonardo Paço: “Voltando à questão dos cartazes, acho que não estamos a falar de nenhum partido político, que eu saiba, não sei sequer se é um movimento cívico já reconhecido, mas penso que também não. De qualquer das maneiras ainda não começamos a campanha eleitoral, portanto ou estão licenciados como deverias estar, como todos nós, se fosse eu, a minha empresa, ou qualquer outra empresa de Albufeira, para fazer aquilo tinha que pagar. Penso que estamos perante uma questão de igualdade, e aquele movimento ou pessoa que está a fazer aquilo devia pagar como todos nós, não tem seguramente nenhum privilégio em Albufeira que eu saiba.”-----

Presidente da Câmara: “Registei, tomei nota daquilo que disse e irei tomar algumas medidas nesse campo.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: “Temos ainda aqui mais uma notificação que vem do Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca de Faro, Departamento de Ação Penal - Segunda Secção de Portimão, em que diz respeito ao Processo 119/20.1T9ABF. (Doc.2 anexo à ata). -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 22-03-2021; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não esteve presente na referida sessão o membro José Vila Nova, pelo que não votou.-

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2020;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente ao ponto dois eu iria solicitar para que fosse retirada esta tomada de conhecimento do estatuto, porque há algumas questões que não estão, quanto a nós, devidamente reproduzidas no Estatuto do Direito de Oposição. E portanto penso que não seria complicado nós tentarmos ir às atas, um trabalho mais complicado, para verificar e para colocar este estatuto e o documento em si nas devidas condições. E portanto, e como é assunto que ainda por mais não precisa de aprovação mas que gostaríamos de ter este documento em perfeitas condições e com a informação relativa às intervenções que tivemos enquanto oposição. Decidiríamos então que, fosse retirado, para que nós apresentássemos então as propostas de alteração, uma vez que o documento vem só para tomada de conhecimento e de facto não há aqui forma de conseguir alterá-lo a não ser que seja retirado". -----

Presidente da Assembleia: "Vou abrir novamente o ponto dois à discussão e nomeadamente a retirada da "Tomada de Conhecimento", ou seja, a retirada do ponto



da Ordem de Trabalhos para conseguirmos dar aso a essa intervenção. No intermeio, e isto tem esta dificuldade, quando nós acabarmos o ponto o Francisco está a começar a ouvir, significa que vamos quase levar o dobro, o problema é efetivamente este, tem que ser assim, até mesmo por uma questão de agilidade da parte das votações. Como vimos todos dá quase três minutos de atraso e que atrasa também depois a dinâmica dos trabalhos, já tentei reduzir o delay na imagem mas não é possível porque nós estamos a jogar com dois equipamentos com duas aplicações distintas e tem que ser feito esta parte". -----

Francisco Oliveira "Eu estou a ouvir perfeitamente, pode-se passar à votação se o Senhor Presidente assim o entender. E portanto a questão seria relativamente ir para o ponto dois, na altura já se estaria no ponto três, mas podemos passar então à votação". -----

Presidente da Assembleia: "Agora antes da votação vou ter que dar a palavra aos membros para se pronunciarem sobre a questão, até mesmo a questão relativamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, porque como no "Estatuto do Direito da Oposição" vem da parte da câmara Municipal, para nós conseguirmos ter discussão sobre o ponto dois antes de passarmos propriamente à votação. Posto isto e atendendo a que vamos retomar o ponto dois e portanto eu vou também pedir ao Francisco se fizer o favor a cada vez que vir que nós aqui já estamos muito adiantados, eu vejo-o perfeitamente, levante-me a mão e nós tentamos reduzir a velocidade aqui deste lado para podermos todos acompanhar. Aberto o ponto, ou reaberto o ponto dois: Tomada de Conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2020; agora com intervenção da parte do Deputado Francisco Oliveira referente à retirada do ponto".-- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de

Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Está o ponto retirado e virá à próxima Assembleia Municipal". -----

PONTO TRÊS

Análise e deliberação do Pedido de Suspensão do Mandato do Membro João Alexandre Sequeira Jorge da Silva; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Então nessa sequência, na sequência da aprovação do pedido de suspensão, tomará posse pelo membro eleito imediatamente a seguir; Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo".-----

Foi feita a Tomada de Posse. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Adesão do Município de Albufeira à Association Algarve STP - Algarve Systems and Technology Partnership; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da emissão de declaração de interesse municipal, referente à "Proposta de Declaração de Interesse Público do Canil Municipal";-----
 O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da emissão de declaração de interesse municipal, referente à "Proposta de Declaração de Interesse Público - Jardim dos Sentidos e Largo da Fonte na Guia"; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Relativamente ao ponto cinco nada a obstar, também quanto ao ponto seis a única coisa é que gostaria de ouvir, e se fosse possível, e se tivesse presente na sala o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia para nos dar uma informação mais precisa relativamente a esta questão, que também me parece ser de fácil resolução, e portanto também não tenho nada a opor. É só". -----

Presidente da Assembleia: "Então vamos separar os pontos, vamos entrar só na discussão do ponto cinco e depois no ponto seis. Fazendo esta separação será mais fácil. Relativamente ao ponto cinco, inscrições".-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da emissão de declaração de interesse municipal, referente à "Proposta de Declaração de Interesse Público - Jardim dos Sentidos e Largo da Fonte na Guia"; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Muito boa noite a todos. Da parte da Junta de Freguesia da Guia também não há nada a opor em relação a este ponto. Isso é um projecto que está neste caso o "Jardim dos Sentidos" já está em realização, está na fase terminal e a do "Largo da Fonte" é um projecto que vai unir, portanto, os dois projectos. A ideia será fazer uma passadeira que irá unir tanto o "Jardim dos Sentidos" ao "Largo da Fonte". Obrigado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura “Melhoria das Acessibilidades Pedonais e Cicláveis na Rua António Aleixo e Arruamentos Envolventes” no âmbito do Aviso ALG-06-2018-16 - Plano de Ação de Mobilidade Urbana e Sustentável (PAMUS) - Operações; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto em função de critérios materiais, para “Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Nissan e Mitsubishi, incluindo Serviços de Reparação e Manutenção”, pelo valor base de 109.800,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana



Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto em função de critérios materiais, para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Mercedes, incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", pelo valor base de 16.080,00€ + IVA;-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Pão da Saúde, Pão de Mistura e Pão Secos para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 40.000,00€ + IVA; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Fornecimento Contínuo de Produtos Ultracongelados para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação”, até ao limite de 45.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Peixe Congelado para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 95.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Mercarias para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 110.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento Contínuo de Carnes Frescas e Enchidos para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 110.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento Contínuo de Frutas e Produtos Hortícolas para as Cantinas Escolares do Concelho de Albufeira, Jardins de Infância, Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e para outras Actividades da Divisão de Educação", até ao limite de 235.000,00€ + IVA;



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, era só para dar aqui os parabéns relativamente ao concurso em causa, porque o concurso em causa encerra já uma proposta que o Partido Socialista tinha feito já há algum tempo, penso que em Abril de dois mil e dezanove, de incluir neste tipo de concursos e neste tipo de produtos, produtos de origem biológica. E portanto, penso que é neste, não me quero enganar porque são tantos, em que a perspectiva é que doze por cento dos produtos que venham a ser fornecidos sejam de origem biológica e portanto sustentando assim em termos ambientais toda a nossa área e todo o nosso planeta. Nesse sentido era só congratular e naturalmente votar favoravelmente. Muito obrigado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aquisição de Estores e/ou Cortinados para as Escolas do Concelho e Parque Lúdico", até ao limite de 260.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento Contínuo de Refeições e Lanches Escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia, JI da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves", até ao limite de 515.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica para Implementação do Plano de Segurança da Água", com o preço base de 19.850,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZNOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Fornecimento de Massas Betuminosas Asfálticas", até ao limite de 140.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana



Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Clipping - 2021 e 2022", com o preço base de 7.560,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Case, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", com o preço base de 30.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Vice-Presidente, da proposta de alteração do Caminho Público no Malhão, "Casa do Forno", Freguesia de Paderne, Processo n.º 44/2016; -----

Presidente da Assembleia: "Antes de passar a palavra informo que este assunto já, se eu não me engano é a terceira vez que vem à Assembleia Municipal, do qual foi dado conhecimento aos membros e aos Líderes das Bancadas e do qual não resultaram quaisquer pedidos de informação e ou visita ao local". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Iria solicitar o mesmo que solicitei há pouco, se possível e se estiver presente o Presidente da Junta da Freguesia ou o representante da Junta de Freguesia de Paderne, que nos pudesse dar uma informação mais precisa também sobre o assunto. Muito Obrigado". -----

Secretário da Juntas de Freguesia de Paderne: "Eu não tenho conhecimento sobre esse assunto. Portanto, talvez o meu Presidente o tenha". -----

Presidente da Assembleia: "Enfim, isto vem remetido e já foi remetido no mínimo dos mínimos três vezes, e como tal todos os Membros da Assembleia Municipal terão conhecimento deste assunto, mais que não seja, tiveram o documento só não leram ou não estudaram, dois mil e vinte, dezoito do oito de dois mil e vinte foi a última vez. Sim, sim, da deliberação da Câmara Municipal. Tinha ficado acordado em conferência de líderes que todos os assuntos relacionados com caminhos públicos seria objecto de visita. Este nunca foi agendado, não obstante a interpolação nesse sentido e como tal



interpolado o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Paderne aqui representada pelo Senhor Secretário João Guerreiro, prestou a informação que não tem conhecimento e será do conhecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia". -- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Pela Crescente Violência nos Territórios Palestinos Ocupados"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Boa noite a todos. A situação na Palestina como todos sabemos e como todos temos acompanhado nas notícias está a piorar. Tem escalado de ano para ano, na verdade desde mil novecentos e quarenta e oito, mas neste momento os territórios Palestinos estão a ser cada vez mais atacados. Houve um cessar-fogo mas nas últimas semanas houve milhares de roquetes, centenas de mortes na Palestina e ainda para mais houve destruição de um edifício onde se encontravam os jornalistas internacionais, que é chocante, e é uma demonstração do que o governo Israelita tem feito, que é limitar a informação sobre os crimes que estão a ser cometidos naquele território. E por isso o Bloco de Esquerda apresenta um voto de repúdio à violência criada por Israel no território Palestino. Obrigado". -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à moção nós iremos votar favoravelmente. Porem, eu gostaria só de referir que o problema, é um problema de origem, como dizia o



Miguel e muito bem, uma coisa que vem de mil novecentos e quarenta e cinco, e de facto a ocupação dos territórios por parte do estado de Israel. Mas a questão também neste caso concreto e não podia deixar de frisar que a intervenção do Hamas e lançamento de roquetes também contra a população de Israel tem vindo a agonizar também o problema. Portanto, nós naturalmente sabemos que a parte mais fraca de facto é a parte Palestiniana e que tem sido submetida a problemas complicados mas tenho aqui que realçar também que o Hamas tem repostado e que naturalmente a dificuldade de fazer um Cessar-fogo não é só da parte dos Israelitas e esperemos que muito rapidamente o Governo Português e as Forças Internacionais consigam acordar o cessar-fogo, o cessar-fogo e a resolução. Seria ótima resolução do problema Palestiniano Israelo-árabe que efetivamente nos trás há anos sempre com estes problemas e estas situações débeis, intermitentes e situações de conflito intermitentes. De qualquer das maneiras votaremos favoravelmente. Muito obrigado". -

Adriano Ferrão: "Pois pela bancada do PSD o nosso voto também vai ser favorável, contudo, como também já aqui foi dito pelo Deputado Francisco Oliveira, nós não podemos imputar aqui responsabilidades únicas a Israel nem com certeza também à Palestina. Com certeza que temos mais olhos pela Palestina por ser um Estado mais pequeno, menos poderoso, mas de qualquer maneira as coisas passam-se de parte a parte e o problema é profundíssimo. Falou-se aqui em mil novecentos e quarenta e cinco, mas quem conhece isto, e ainda mais esta região tem convulsões das tribos de Israel de há dez mil anos atrás e tem continuado, e em quarenta e sete depois da Segunda Guerra Mundial agonizaram-se os territórios que foram entregues à Palestina e foi formado o Estado de Israel. De qualquer maneira, nós o PSD, é pela harmonia relacional entre os povos, é por isso nós vamos votar favoravelmente". -----

Presidente da Assembleia: "Eu, relativamente a este ponto não concordo plenamente com o texto que vem, por uma razão. Acho que se tivesse sido feita a apologia da não-violência independentemente de atribuímos apontamentos, culpas, a qualquer dos lados ficaria mais limpa a declaração e a votação. Isto é uma questão de opinião, não obstante nós termos a comunicação e a informação que temos na comunicação social, não temos a informação do que lá se passa, e já foi dito pelo Francisco Oliveira quer pelo Adriano Ferrão a questão da tomada de lados, e sempre que alguém tome uma posição parcial o erro está logo ali, nomeadamente numa situação destas em que temos logo a questão do reconhecimento de determinado território, depois se esses



territórios são ocupados ou se não são ocupados, e sendo ocupados por quem é que são. Isto não é uma guerra de hoje, não é um conflito de agora, é uma situação que se arrasta desde a construção do Estado Israelita com a própria construção do Território da Palestina, e como tal muito mais do que isto, dum mero conflito armado nestes dias é um conflito de povos e tenho dificuldade em dizer que o culpado é o A ou B. O meu pai sempre me ensinou, que se um começa o outro acaba, e portanto é sempre preciso dois para se dançar o tango, e aqui é uma das situações que se verifica precisamente quando temos dois povos em conflito por territórios. Não é o único conflito no mundo, obviamente que podemos dizer que um dos lados está mais enfraquecido mas continua a ser exatamente a mesma coisa e há vitimas mortais de ambos os lados com ataques de bomba, com ataques de roquetes, com quer que seja, não obstante e "mutatis mutandis" com aquilo que tudo foi dito agora, eu direi que o voto é favorável com ressalva efetiva, de que, não consigo no meu voto apontar a culpa a qualquer dos lados, consigo sim um juízo de censura para a violência, qualquer que seja o tipo de violência e esta é das formas mais graves de violência. Por isso o meu voto também será favorável mas não poderia deixar de argumentar, até porque conheço pessoas de ambos os lados do conflito, e como tal, já ouvi as duas versões e nenhuma delas cabe na outra, quem sou eu para de tão longe conseguir tomar um juízo de valor negativo para qualquer um dos lados e hoje fá-lo-ei com o espirito de sentido de uma crítica à violência".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, José Vila Nova, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Bertílio Matias, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Da Criação de Zonas Livres de Cidadãos LGBTIQ na Polónia e Hungria"; -----
O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "No último dia dezassete, ou seja, na segunda-feira da semana passada, celebrou-se o dia contra a homofobia. Esta moção que aqui trazemos é uma moção e um voto de repúdio. Um voto de repúdio ao facto de a Hungria e a Polónia em várias regiões da Polónia e uma cidade Húngara, aliás, na Hungria tem havido uma crescente vaga de homofobia até pelo próprio governo e é um voto de repúdio a essas cidades que criaram zonas livres de cidadãos ou de ideologia LGBTIQ. E, por outro lado é uma moção, ou seja, é uma proposta ao Município para que o Município se torne uma zona de liberdade LGBTIQ, até porque temos comunidade LGBTIQ em Albufeira. Por exemplo no dia dezassete de Março podia-se ter feito como em outras cidades o içamento da Bandeira LGBT, não foi feito e acho que devemos abraçar essa comunidade e apoiar os membros dessa comunidade. Obrigado". -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à questão da moção, o problema com a Polónia e com a Hungria é um problema mais profundo. Infelizmente nós sabemos que quer a Polónia quer a Hungria e especialmente a Hungria tentaram levantar aqui problemas relativamente à divisão e à entrega dos valores relacionados com os recursos que a Comunidade Europeia tem para entregar aos países por via da pandemia. De facto há um problema de Estado de Direito, há um problema complicado de direitos humanos, eventual situação de democracia que possa estar em perigo e portanto isto é eventualmente uma consequência daquilo que são as políticas seguidas na Polónia e na Hungria e por essa via o problema não está só cingido infelizmente à questão da LGBTIQ mas sim a outras questões também mais complicadas e que não venham a acontecer como aconteceu agora com a Bielorrússia e outras situações parecidas que verificamos que as questões de ataque à democracia começam a ser evidentes e começam a ser preocupantes. Nesse sentido votamos favoravelmente, nunca deixar aqui esta indicação, de que, as questões de alguma direita radical ou esquerda radical como quiserem chamar, de alguma situação equatorial que possa vir a acontecer são extremamente perigosas e a acontecer seio do centro da Europa". -----



Adriano Ferrão: "Pois os regimes com tendência equatoriais podem ser de esquerda, direita, enfim, trazem sempre com elas estes efeitos nefastos e este atentado à liberdade dos cidadãos e à própria anáresia. Quanto a esta moção e naquilo que é pois proposto deliberar, o PSD sente-se confortável com certeza no ponto um de repudiar este acto que o governo Polaco e o governo Húngaro apresentam e que realmente são atentatórios da dignidade dos cidadãos sejam eles quais forem. No entanto o ponto dois, nós, não podemos estar de acordo e acho-lo até desnecessário. Porquê? Porque, promover este Município como uma zona de liberdade parece-me extremamente abusivo porque nós já somos um concelho de liberdade, e somos um concelho liberalista, e pluralista, que nunca teve alguma ação contra a liberdade dos cidadãos quer eles fossem desta ou daquela minoria, porque não se trata só, enfim, LGBTIQ mas de todas as minorias que possam existir. É uma sociedade inclusiva neste concelho e por isso essa liberdade que já existe, ao ser aqui dito que vamos promover agora o Município como uma zona de liberdade é dizer que este Município não tem sido livre e não posso entender isto noutra perspectiva nem deixar que esta perspectiva se torne no fim de contas a lógica do documento. Como tal o PSD vai-se abster". -----

Francisco Oliveira: "Eu parece-me que a tentativa do reconhecimento do conceito como livre de homofobia é basicamente hastear uma bandeira, não é com certeza vir aqui recriminar o concelho por ter feito ou ter tentado contra o que quer que seja. É talvez mais educativo, mais representativo do que propriamente seja qualquer tipo de reparo e de forma alguma qualquer reparo, mas, é uma forma de manifestar que de facto este concelho é um concelho livre e um concelho que nunca teve qualquer tipo de problema relativamente às questões da homofobia ou de quais outras em termos de liberdade. Portanto não vejo que seja atentatório ou que queira verbalmente ofender os Albufeirenses e quem gere o Município. E portanto nesse sentido não vejo que seja efetivamente atentatório". -----

Gaspar Meirinho: "Eu acho que o meu colega Adriano não quis dizer que será uma questão atentatória e sim redutora. Albufeira pela mescla de pessoas que compõe a população que cá vive e ele já a conhece desde um ano idade, sempre foi livre e sempre foi tolerante e acho que é basicamente nesse sentido que o segundo ponto da moção não nos faz sentido a nós bancada do PSD. Acho que é apenas isso" -----

Roberto Raposo: "O que eu entendi, é que nós sabemos, que somos aqui de Albufeira mas quem é de fora não sabe, e é uma maneira de informar que somos um concelho que



não tem problemas com as minorias. Não é uma questão de estar a dizer que fomos e não somos a partir de agora. É uma questão de informar, aqueles que são de fora não sabem, nós sabemos, os Albufeirenses sabem, mas quem vem de fora não sabe. É só". -

Gaspar Meirinho: "Eu percebo o que o colega Raposo disse, mas quem passa por Albufeira sabe que Albufeira é um concelho tolerante nestas matérias. Não precisamos de ir muito longe, se formos estar a falar de bandeiras hasteadas, muito perto da Câmara Municipal, quem passa de carro se olhar para a esquerda antes dos Bombeiros também via lá sinais, não sei de que instituição seria a que ali estava mas a bandeira estava hasteada. Nunca ninguém se insurgiu contra isso nem tomou qualquer ato de intolerância, acho que todos aqueles que visitam Albufeira são de todos os quadrantes, Albufeira é internacional e eu não vejo porquê termos de estar a hastear uma bandeira específica quando isso é do conhecimento público de toda a gente. Portanto eu continuo a achar que é uma maneira redutora de ver a situação". -----

Miguel Pinheiro: "Eu não estou bem a compreender o argumento que está a ser feito, porque então, acho que todos estamos aqui de acordo que Albufeira é uma cidade livre. Neste momento o que está a votação é um reforço dessa liberdade que existe em Albufeira e do simbolismo desta votação. Então Albufeira é tão livre que não vamos votar o quão livre Albufeira é? Não estou a entender este argumentário". -----

Presidente da Assembleia: "Permitam-me aqui só uma intervenção. Miguel, referindo aquilo o que acabou de dizer, em vez de dizer "promover" podemos por "reconhecer". É só uma questão diferente, pegando a palavra que acabou de dizer "promover este Município como uma zona" é "reconhecer este Município como", é só por isso, mas isso ficará, é só pretendendo aquilo que acabei de ouvir aquilo que disse e o que foi dito pelo Gaspar Meirinho e pelo Adriano Ferrão, mas será. De qualquer das maneiras ainda temos tempo, ainda temos quarenta minutos, é verdade, só acaba à meia-noite". -----

Francisco Oliveira: "Concordo perfeitamente com a alteração caso assim também o Bloco de Esquerda concorde com a alteração com o reconhecimento efetivo, de que Albufeira é uma zona livre por este tipo de situações e por outras dependendo de total liberdade". -----

Presidente da Assembleia: "Isto de vez em quando, esta Assembleia fica estranha, quando nós começamos a concordar". -----

Gaspar Meirinho: "Eu estou convergente com a posição do meu colega Francisco Oliveira". -----



Presidente da Assembleia: "O subscritor é que tem que apurar o texto da sua Recomendação". -----

Miguel Pinheiro: "Acho que a alteração da palavra acaba por não fazer sentido, porque "reconhecer" quereria dizer que Albufeira já tinha o trabalho feito nessa área e que oficialmente a Câmara Municipal de Albufeira não tem uma posição demarcada sobre esta situação. Por outro lado, entre *promover* e *reconhecer*, acho que todos os anos se promove as praias de Albufeira e o turismo em Albufeira. Acho que *promover* e *reconhecer*, aqui, temos uma questão linguística que acaba por ser um bocado ambígua".-----

Gaspar Meirinho: "Albufeira não precisa especificamente de estar a promover esta comunidade, Albufeira é aberta a todas as comunidades. É esse o nosso sentido de entendimento sobre esta questão. Portanto, Albufeira não precisa de ser redutora porque é abrangente a todos". -----

Adriano Ferrão: "Trata-se aqui realmente de um português, um bom português com significado em cada verbo que são diferentes, reconhecer e promover, não são iguais, basta ir ao dicionário. Agora, se o texto for alterado e for o "reconhecimento" lá colocado, pois, o PSD tem todo o agrado também de apoiar esta Moção, se contrário, se é "promover" realmente é uma coisa que não existe e agora precisa de ser promovido, precisa de lá estar, por isso como se não estivesse cá. Agora eu considero que Albufeira sempre foi livre, é livre, é inclusiva, toda a gente cá cabe, é tolerante, os Albufeirenses são assim, não vejo nenhuma razão, continuo a dizer que é desnecessário". -----

Presidente da Assembleia "Está fixado a sua posição, a posição do autor da Moção também. Francisco Oliveira faz favor". -----

Francisco Oliveira: "Eu penso que poderíamos ter aqui uma Moção aprovada por unanimidade porque de facto o reconhecimento num concelho como o nosso, num concelho turístico que abarca não sei quantas nacionalidades e ter essa informação de que é um concelho reconhecidamente livre de qualquer homofobia seria extremamente importante. Portanto a questão poderá ser mais semântica em termos de promoção ou reconhecimento, mas o reconhecimento ficar-nos-ia muito bem. Nós cabemos uma ou outra mas nós gostaríamos que o Bloco de Esquerda de pudesse eventualmente alterar para que eventualmente pudesse haver também uma votação unanime porque daria até bastante mais impacto do que só uma votação com abstenção". -----



Presidente da Assembleia: "O autor subscritor já se pronunciou, não vamos repetir". -- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, José Vila Nova, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Hugo Aires. -----

Votos a favor: treze (13): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Reis, Bertílio Matias, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Presidente da Assembleia: "Portanto, eu também farei aqui como declaração de voto, porque acho que tem de ser mais exi libre que no ponto anterior, dizer precisamente isto, e porque posso dizê-lo que tenho familiares que têm orientação sexual dentro deste grupo e portanto sinto-me à vontade para o referir e nunca me sentiria à vontade para promover essa igualdade que não a reconhecesse em primeiro lugar. Não é só uma questão de semântica, é mais do que uma questão de semântica, uma questão da força das palavras, porque se eu não me reconhecer como um homem livre já mais poderei reconhecer a liberdade dos outros. E, a liberdade muita das vezes encapotada em que as pessoas são alvo, que hoje em dia é muito fácil através das redes sociais, através das posições, e perdoar-me-ão outra vez a exposição de encapotadas, para atingir os outros, essa é a pior forma de ataque à democracia e à liberdade. Eu reconheço Albufeira como uma terra livre, uma terra em que todos podem ser o que querem, como querem, dentro das regras da lei e reconheço Albufeira como um concelho integrador. Mais de setenta nacionalidades, sessenta e qualquer coisa nacionalidades, liberdade religiosa, liberdade sexual, liberdade intelectual, liberdade comuníssima, acima de tudo a liberdade. Nós festejamos constantemente o vinte e cinco de Abril e reconhecer que Albufeira é o concelho onde um cidadão pode escolher a sua liberdade e orientação sexual, e hoje as escolas em Albufeira também são um exemplo dessa liberdade, é efetivamente fazer jus a tudo aquilo que a Constituição da República Portuguesa nos ensina e nos orienta para uma sociedade livre, ponderada e

acima de tudo, que muitas das vezes as pessoas também se esquecem, respeitadora. Porque não há liberdade sem respeito independentemente das opiniões de todos, mas acima de tudo não há sociedade livre sem reconhecer os outros como tais. E portanto é esta a minha declaração de voto". -----

Ana Cristina Pinto: "Muito boa noite. Eu, nascida e criada em Albufeira sei precisamente o que o Paulo acabou de dizer. Portanto, faço minhas as palavras do Paulo se ele não oferecer oposição". -----

Presidente da Assembleia: " Não, de todo, eu permito, e aceito, e regozijo-me com tal poder de decisão". -----

Ana Cristina Pinto: "Obrigada". -----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

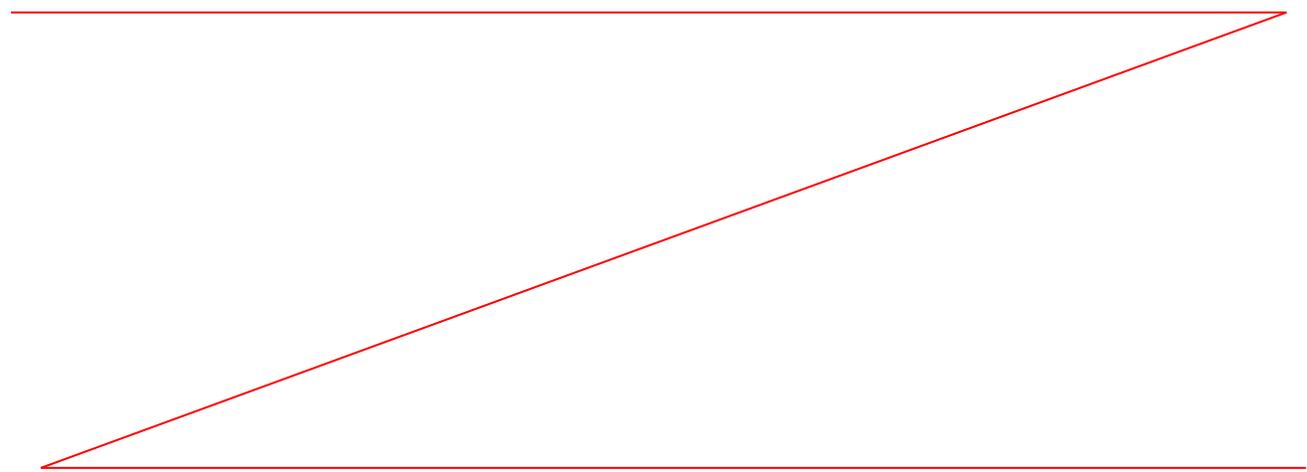
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:25 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Maio de 2021 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Doc. n.º 1

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: RUA RAMALHO ORTIGÃO – ACESSO À PRAIA DA OURA

Senhor Presidente e Senhora/as Veradore/as,

Sou residente na Rua Oliveira Martins, Praia da Oura, e a minha intervenção é no sentido de pedir um esclarecimento acerca dos impedimentos que levam a que a situação, que passo descrever, se arraste há décadas sem resolução. Gostaria ainda de saber se existe atualmente algum plano para resolver a situação e, caso não exista, qual a solução, ou soluções, que o executivo poderá avançar para o caso exposto. Esta exposição é acompanhada de 12 fotografias.

Trata-se da obra embargada (?) desde o final dos anos noventa na descida para a Praia da Oura, que originou um fosso de 15 metros de profundidade do lado sul da rua Ramalho Ortigão (fotos 1 e 2). Desde essa data, este lado da rua foi tapado com uma chapa metálica e uma rede plástica (que ainda lá estão). E desde que um automóvel aí se despenhou, tendo morrido os ocupantes, o fosso encontra-se protegido por barreiras de betão ao longo da descida. Por esta razão, o trânsito neste troço da rua Ramalho Ortigão, que anteriormente se realizava nos dois sentidos, passou a fazer-se apenas no sentido descendente.

Esta situação, que se mantém inalterada há mais de 20 anos, levanta dois tipos de questões: a) de imagem do espaço público; b) de segurança e conforto dos peões no acesso à praia, frequentado diariamente no verão por centenas de turistas.

a) Imagem do espaço público: atualmente o fosso encontra-se parcialmente "escondido" por uma chapa metálica partida e amachucada e uma rede de plástico velha e rasgada, suportada por uma estrutura precária semi-destruída (fotos 3 a 5). Tudo isto contribui para uma imagem de desleixo e degradação urbana, que não só é indigna para os cidadãos e turistas como convida a comportamentos delinquentes – tanto mais dada a sua localização no final da rua dos bares. O fosso, entretanto, é um lugar insalubre usado para depósito de lixo e entulho, incluindo materiais inflamáveis (foto 6), servindo também de estacionamento informal de automóveis (foto 7) e apresentando uma estrutura de betão degradada e aparentemente em perigo de derrocada (foto 8).

b) Segurança e conforto dos peões: esta via de acesso à praia é constantemente percorrida por peões, que têm de negociar a pouca largura da rua e um passeio mínimo com outros transeuntes, carros, tuc-tucs, autocarros de passageiros e camiões de cargas e descargas. Acresce que as barreiras de betão forçam os peões a andar pela estrada, em condições de desconforto e insegurança (fotos 9 a 12).

Seria necessário um projeto que resolvesse a frente sul da rua, sendo a solução mais óbvia o aproveitamento do fosso para um silo de estacionamento subterrâneo, com uma frente comercial de 1 piso e um bom espaço público para os peões.



Mas o mais provável é que nada venha a acontecer ali nos próximos anos. E, sendo assim, propõem-se várias medidas 'provisórias', fáceis de implementar e de baixo custo, com vista a melhorar a imagem do espaço público e a segurança dos peões – com carácter de urgência, após décadas de abandono – nomeadamente:

- o reforço do atual muro e a retirada das barreiras de betão;
- a criação de um passeio do lado sul da via;
- a cobertura condigna do lado sul da via, por exemplo com uma tela em vinil resistente e discreta (e não publicitária), que esconda a imagem de degradação urbana do fosso e do prédio inacabado;
- a eliminação do estacionamento (excepto cargas e descargas pontuais) até à rua Oliveira Martins, por forma a privilegiar o espaço pedonal;
- a reposição do trânsito nos dois sentidos, criando uma saída da praia alternativa à única atual – sempre congestionada no verão com autocarros de turismo – por razões de segurança em situações de emergência;
- a sinalização, no início da descida, que se trata de uma zona 20.

Agradeço a V. melhor atenção a este assunto e, desde já, o esclarecimento das questões colocadas no início, a saber:

- Quais os impedimentos – legais ou de outra natureza – que levam a que a situação daquele fosso e da construção inacabada se mantenha há décadas sem resolução?
- Existe algum plano, ou alguma estratégia pensada, para tentar resolver a situação?
- E no curto prazo, é exequível para o Município adotar estas propostas, ou avançar com outras igualmente eficazes, para reabilitar a imagem do acesso à Praia da Oura, e a segurança dos turistas e dos residentes?

Atentamente,

Luis Amaral Balula

em anexo: 12 fotos



Foto 1: Vista aérea do fosso da Rua Ramalho Ortigão



Foto 2: O fosso da Rua Ramalho Ortigão

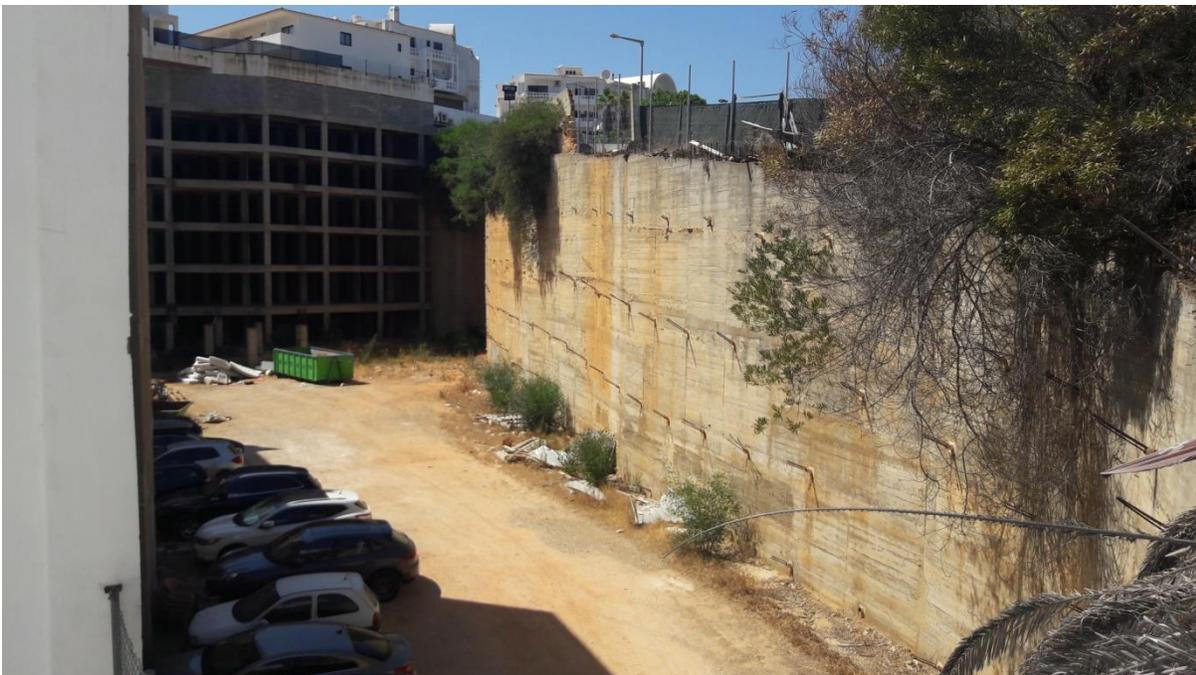


Foto 3: Imagem de desleixo e degradação do espaço público



Foto 4: Imagem de desleixo e degradação do espaço público

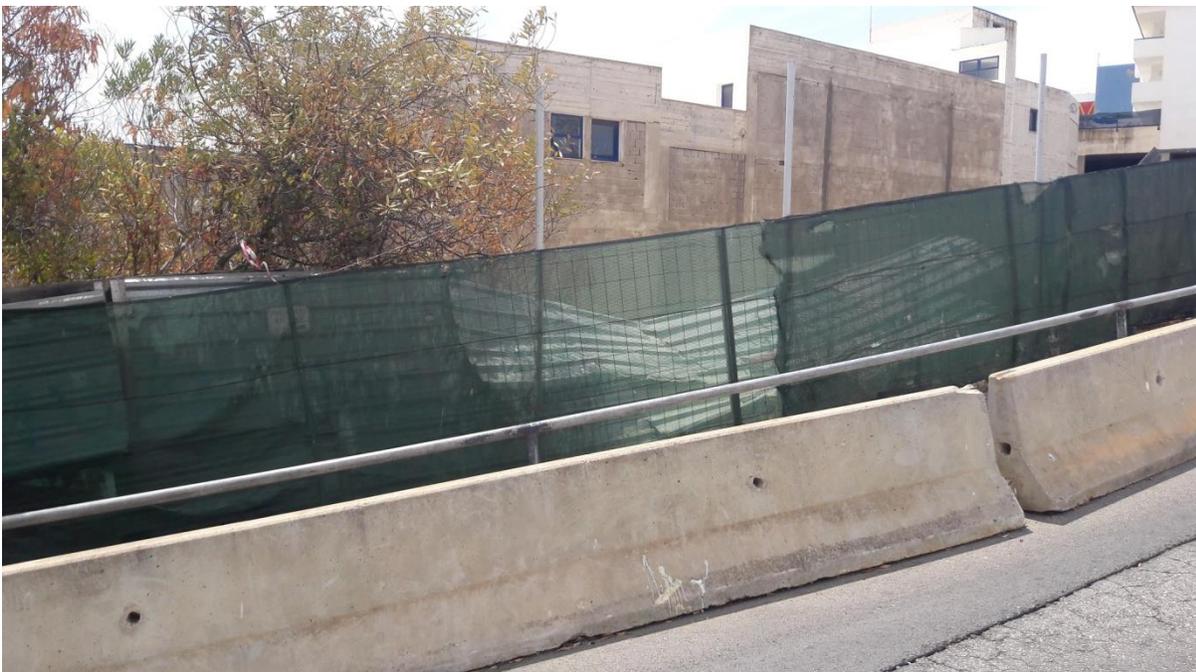


Foto 5: Imagem de desleixo e degradação do espaço público



Foto 6: O fosso é usado para depósito de lixo e entulho, incluindo materiais inflamáveis





Foto 7: Estacionamento informal de automóveis



Foto 8: Estrutura de betão degradada e aparentemente em perigo de derrocada



Foto 9: Rua Ramalho Ortigão - descida para a Praia daoura



Foto 10: Rua Ramalho Ortigão - Descida para a Praia daoura



Foto 11: Rua Ramalho Ortigão - descida para a Praia da Oura



Foto 12: Rua Ramalho Ortigão - descida para a Praia da Oura





Doc. n.º 2

Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca do Faro
 Departamento de Investigação e Ação Penal - 2ª Secção de Portimão
 Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
 8500-950 Portimão
 Telex: 217462541 Fax: 222500769
 Mail: pm.faro@mpt.sobrepico@ptt.pt

600 30 01

21. MAI 2021

Catenação: 1.008.0040 em 11-05-2021



200480-10080040



119/20.1T9ABF

Exma(s) Senhor(a)
 Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
 Rua do Município
 8200-863 Albufeira

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	
CAMARA MUNICIPAL	
ENTRADA	
REGISTO Nº	120191160
DATA	21/05/2021
RUBRICA	[assinatura]

Processo: 119/20.1T9ABF	Inquérito	Referência: 120191160 Data: 21-05-2021
-------------------------	-----------	---

Assunto: NOTIFICAÇÃO POR VIA POSTAL SIMPLES COM PROVA DE DEPÓSITO.

Fica V. Ex.ª notificado, na qualidade de Denunciante, nos termos e para os efeitos a seguir mencionados:

De que foi proferido despacho de arquivamento no Inquérito acima referenciado, nos termos do art.º 277º do C. P. Penal, cuja cópia se junta, e de que tem o prazo de **VINTE DIAS**, para, querendo, requerer:

- A intervenção hierárquica (art.º 278º, n.º 2 do CPP);
- Ou a abertura da Instrução, (art.º 287º, n.º 1, al. b) do mesmo diploma legal), tendo neste caso de se constituir assistente, devendo o requerimento ser dirigido ao Juiz de Instrução competente, o qual não está sujeito a formalidades especiais e deverá conter, em súmula, as razões, de facto e de direito, de discordância relativamente ao despacho de arquivamento, bem como, sempre que disso for o caso, meios de prova que não tenham sido considerados no Inquérito e dos factos que através de uns e de outros se espura provar.

Nos termos do disposto no art.º 86º, n.º 3, al. b), do C. P. Penal, poderá constituir-se assistente dentro do prazo estabelecido para a prática do ato acima indicado.

*Os prazos acima indicados são contínuos suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais e incluem-se a partir do quinto dia posterior à data do depósito na caixa de correio do destinatário, constante de sobrescrito (art.º 114º, n.º 3 do C. P. Penal). **

Se tratar de processo urgente, os referidos prazos não se suspendem em férias.

Terminando o prazo em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

O/A Escrivão Auxiliar,

[assinatura]
 Anabela Pedro Varissimo

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º do processo
 *As férias judiciais decorrem de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro; de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de Julho a 31 de Agosto.

1 de 7



Assinado em 25-11-2020, por
Hugo Pereira, Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO - Procuradoria da República da Comarca de Faro
Departamento de Investigação e Ação Penal - 2ª Secção de Portimão
Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
8500-960 Portimão
Telef: 282460841 Fax: 282092168 Mail: portimao.ministeriublico@tribunais.org.pt

Proc. Nº 119/20.1T9ABF

118414952

CONCLUSÃO - 25-11-2020.

(Termo eletrónico elaborado por Técnico de Justiça Auxiliar Pedro Cunha)

=CLS=

*

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

*

I. Da participação criminal

O presente processo de inquérito teve início com base no envio pela Assembleia Municipal de Albufeira de uma cópia da acta da sessão extraordinária daquele órgão realizada no dia 19 de Setembro de 2019, em virtude de relativamente ao versado no ponto 16 da ordem de trabalhos, terem sido levantadas dúvidas sobre a legalidade (ou melhor sobre a falta desta) do contrato de compra e venda celebrado por escritura pública data de 27 de Dezembro de 2019 entre a «Sonintur – Sociedade Nacional de Investimentos e Turismo, S.A.» e o município de Albufeira, representado pelo Presidente da Câmara José Rolo, mediante o qual, a edilidade adquiriu àquela um imóvel, localizado na Rua da Ladeira, em Albufeira, visando-se a instalação de um parque de estacionamento, sendo certo que, a intermediação imobiliária esteve a cargo da sociedade «Castelo do Mar Imobiliária – Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda», cuja gerência é exercida por José Manuel Bota Sequeira, eleito deputado municipal para o quadriénio compreendido entre os anos de 2017 a 2021.

*

Os factos participados, em abstracto, são susceptíveis de integrar, a prática do crime de participação económica em negócio, previsto e punido no artigo 23.º, da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho.

*

2. Das diligências realizadas em sede de inquérito

2.1. Inquirição de José Carlos Martins Rolo (*cf. fls 54 a 57*) o qual declarou, em síntese, que em virtude da necessidade da existência de um parque de estacionamento na localidade de Olhos de Água, no decurso de uma conversa com o Eng.º José Sequeira, membro da Assembleia Municipal e Mediador Imobiliário na sociedade «Castelo do Mar Imobiliária – Sociedade de

Bágina de 6



MINISTÉRIO PÚBLICO - Procuradoria da República da Comarca de Faro
Departamento de Investigação e Ação Penal - 2.ª Secção de Portimão
Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
8500-960 Portimão
Telef: 282460841 Fax: 282092168 Mail: portimao.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Nº 119/20.1T9ABF

Mediação Imobiliária, Lda», tomou conhecimento que o proprietário do parque de estacionamento composto por 305 lugares, localizado na Rua do Parque, freguesia dos Olhos de Água, pretendia alienar o imóvel. Mais disse que, o referido Eng.º José Sequeira exerceu as funções de vereador no mandato correspondente ao período compreendido entre os anos de 2009 a 2013 e, na actual legislatura municipal, era deputado municipal, sendo que, suspendeu o mandato anteriormente à data da realização do negócio. Referiu também que, no ano de 2018, o município contratou uma avaliadora, a Arquiteta Vera Santos, para que fizesse uma avaliação do imóvel em causa, tendo a a mesma em 11/07/2019 apresentado como valor daquele o de €2.806.000,00 e, bem ainda que, em Março de 2019, solicitou a um funcionário da Câmara, o Eng.º Valdemar Cabrita, que fizesse uma estimativa do valor do parque de estacionamento, tendo este último avançado com o valor de €3.207.040,00, sendo certo também que, o valor patrimonial tributário do prédio era à data da aquisição de €3.001.726.31. Esclareceu que, entre o município de Albufeira e o proprietário do parque de estacionamento foi acordado como preço de venda o valor de €2.800.000,00, preço e aquisição que foram aprovados em reunião de câmara (realizada no dia 03/09/2019) e em reunião da Assembleia Municipal (realizada no dia 19/09/2019) e, bem ainda que, a escritura de compra e venda realizou-se no dia 20/12/2019. Por último referiu ainda que, desconhece qual o valor pago ao intermediador imobiliário pelo vendedor e, bem ainda que, o Tribunal de Contas concedeu o seu visto à realização do aludido negócio.

2.2. Junção aos autos de cópia do ofício do Tribunal de Contas no qual este informa ter concedido o visto ao aludido contrato de compra e venda (cfr. fls. 58) e, bem ainda, cópia da escritura de compra e venda (cfr. fls. 63 a 69).

2.3. Inquirição de José Manuel Bota Sequeira (cfr. fls. 70 a 72) o qual declarou, em síntese, ter sido em meados do ano de 2018 contactado pelo proprietário do parque de estacionamento em causa nos presentes autos, Sr. Carapeto Dias, o qual lhe disse pretender vender o imóvel e acordado que a mediação seria realizada pela sociedade «Castelo do Mar – Imobiliária – Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda», razão porque, foi celebrado contrato de mediação imobiliária onde ficou estipulado como preço de venda do imóvel o valor de €3.100.000,00. Mais disse que, após a celebração do contrato de mediação imobiliária, realizou vários contactos visando a publicitação da venda, nomeadamente ao Presidente da Câmara

Página 2 de 6



MINISTÉRIO PÚBLICO - Procuradoria da República da Comarca de Faro
Departamento de Investigação e Ação Penal - 2ª Secção de Portimão
Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
8500-960 Portimão
Telef: 282460841 Fax: 282092168 Mail: portimao.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Nº 119/20.1T9ABF

Municipal de Albufeira, em virtude de considerar que face à localização do parque, o município seria um potencial interessado na aquisição. Mais disse que, o valor final da aquisição do imóvel foi de €2.800.000,00 e teve por base uma avaliação realizada em 2008 pelo Banco Espírito Santo e, bem ainda, uma avaliação realizada pela Câmara Municipal de Albufeira que cifrava o valor em €2.806.000,00, sendo que, pela intermediação imobiliária recebeu o valor correspondente a 2,5% do valor da venda. Por último referiu ainda que, suspendeu o mandato de deputado municipal em Março de 2019 por motivos de falta de tempo, nada tendo a ver com o negócio em causa.

2.4. Junção aos autos de cópias do contrato de mediação imobiliária; da certidão permanente da sociedade «Sonintur – Sociedade Nacional de Investimentos e Turismo, S.A.»; da caderneta predial urbana do imóvel; documento emitido pelo serviço de finanças donde consta o valor patrimonial tributário do imóvel; documento contendo a avaliação realizada em 2008 pelo Banco Espírito Santo; relatório da avaliação efectuado pela Arquitecta e avaliadora imobiliária Vera Santos; cheque relativo ao valor monetário recebido pela intermediação imobiliária (*cf. fls. 73 a 212*).

2.5. Inquirição de Teófilo José Carapeto Dias (*cf. fls. 213-214*) o qual declarou, em síntese, ser o presidente do conselho de administração da sociedade «Sonintur – Sociedade Nacional de Investimentos e Turismo, S.A.», a qual, foi proprietária do parque de estacionamento em causa e, bem ainda que, o mesmo foi colocado à venda, em virtude do descontentamento com a rentabilidade daquele, razão porque, acordou com a sociedade «Castelo do Mar Imobiliária – Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda», na pessoa do seu gerente, Eng.º José Bota, que esta diligenciou pela venda do imóvel. Mais disse que, se recorda de na altura ter sugerido que fosse contactada a sociedade «Bragaparques» no sentido de averiguar se a mesma estaria interessada na aquisição, sendo que, lhe veio a ser dito não estar aquela interessada e, bem assim, a sociedade de mediação imobiliária informou-o que o município de Albufeira estaria interessado na compra. Esclareceu que, veio a ficar acordado com o município de Albufeira que o valor de venda do imóvel seria de €2.800.000,00 e, bem ainda que, conforme consta na escritura, pagou à sociedade que intermediou o negócio o valor de €86.100,00. Por último referiu também que, desconhece em absoluto quais os contactos realizados pela mediadora com vista à venda do imóvel em causa.

Página 3 de 6

4 de 7



MINISTÉRIO PÚBLICO - Procuradoria da República da Comarca de Faro
 Departamento de Investigação e Ação Penal - 2.ª Secção de Portimão
 Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
 8500-960 Portimão
 Telef: 282460841 Fax: 282092168 Mail: portimao.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Nº 119/20.1T9ABF

2.6. Junção aos autos de informação prestada pela Assembleia Municipal de Albufeira (cfr. fls. 217 a 220) donde se afere que «a suspensão do Deputado José Manuel Bota Sequeira teve início com a deliberação da Assembleia Municipal de 10/04/2019 até ao final do ano de 2019».

*

3. Enquadramento jurídico-penal da factualidade participada e verificada no inquérito

Da eventual prática do crime de participação económica em negócio, previsto e punido no artigo 23.º, da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho.

Dispõe a aludida norma que:

1. O titular de cargo político que, com intenção de obter para si ou para terceiro participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpria, em razão das suas funções, administrar, fiscalizar, defender ou realizar, será punido com prisão até cinco anos e multa de 50 a 100 dias.

2. O titular de cargo político que, por qualquer forma, receber vantagem patrimonial por efeito de um acto jurídico-civil relativo a interesses de que tenha, por força das suas funções, no momento do acto, total ou parcialmente, a disposição, a administração ou a fiscalização, ainda que sem os lesar, será punido com multa de 50 a 150 dias.

3. (...).

O bem jurídico protegido pela norma, conforme anotou MARIA DO CARMO SILVA DIAS¹, «é a integridade no exercício de funções de titulares de cargos políticos, o que exige um desempenho funcional de acordo com a legalidade, orientado para a satisfação dos interesses públicos que foram confiados ao agente em função das suas atribuições legais.»

No que tange ao elemento objectivo, a mesma AUTORA² escreveu que:

‘O tipo objectivo previsto do artigo 23.º compreende as seguintes modalidades de acção: no n.º 1 pune-se a conduta do titular de cargo político que lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que (no todo ou em parte) lhe cumpria, em razão das suas funções, administrar, fiscalizar ou realizar; no n.º 2 pune-se a conduta do titular de cargo político que, por qualquer forma, receber vantagem patrimonial por efeito de um acto jurídico-civil relativo a interesses de que tenha, por força das suas funções, no momento do acto, total ou parcialmente, a disposição, a administração ou a fiscalização, ainda que sem lesar esses mesmos interesses; (...).

(...).

(...). Precisamente porque na hipótese descrita no n.º 1 o titular do cargo político interfere a nível do próprio conteúdo do negócio jurídico em causa, lesando interesses patrimoniais que lhe foram confiados, é que se compreende que a tutela penal se antecipe para o momento da lesão desses mesmos interesses e, portanto, para momento anterior ao do possível recebimento da participação económica ilícita (sendo suficiente a intenção de a obter para si ou para outrem.

¹ Comentário Penal das Leis Penais Extravagantes, volume I, Universidade Católica Editora, 2010, p. 836 (anotação 5).

² Ob. cit. pgs. 836 e 837 (anotações 7, 11 e 12).



MINISTÉRIO PÚBLICO - Procuradoria da República da Comarca de Faro
Departamento de Investigação e Ação Penal - 2ª Secção de Portimão
Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
8500-960 Portimão
Telef: 282460841 Fax: 282092168 Mail: portimao.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. Nº 119/20.1T9ABF

Já o pressuposto do efectivo recebimento, por qualquer forma, de vantagem patrimonial ou de vantagem económica, nas hipóteses contidas respectivamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º, assenta na circunstância de aquelas vantagens advirem por efeito (resultado) de acto jurídico civil (n.º 2) (...).'

Na situação em apreço, efectuadas as diligências de inquérito possíveis e úteis, não evoluem dos autos indícios de que o negócio em causa, a compra e venda pelo município de Albufeira do aludido imóvel, faça incorrer, nomeadamente o presidente da câmara e José Sequeira na prática do crime em análise (ou em qualquer outro).

Com efeito, por um lado, da prova documental junta aos autos, resulta que o imóvel em causa não foi adquirido por um preço superior ao valor de mercado do mesmo.

Por outro lado, em termos formais, o município respeitou todos os trâmites legais com vista à aquisição do imóvel, tanto assim que, o Tribunal de Contas deu o visto à realização do negócio em causa, sendo certo também que, a celebração do contrato foi aprovada em reunião de Câmara e em reunião da Assembleia Municipal e, bem ainda, a intervenção de José Sequeira, enquanto mediador imobiliário, ocorreu em momento em que se encontrava suspenso o seu mandato de deputado municipal.

De resto, a importância da aquisição do imóvel em causa para o município envolve, naturalmente, uma opção política, na justa medida em que, é sempre possível questionar se o dinheiro que envolve a compra seria mais bem empregue numa qualquer outra opção e ou se as necessidades de estacionamento poderiam (ou não) ser satisfeitas de outro modo menos oneroso

Todavia, o acerto político da aquisição, terá, em última análise, como julgador, os eleitores do município de Albufeira. Ao processo e ao direito penal, cabe aferir da legalidade do ponto de vista jurídico-criminal e, aqui, pelos motivos supra expostos, não foram recolhidos indícios da verificação de crime, em particular daquele que se vem analisando.

Uma última palavra para dizer que, naturalmente sendo o gerente da sociedade que intermediou a compra e venda deputado municipal (ainda que com o mandato suspenso) e, tendo mesmo, naturalmente, um mais fácil acesso aos "corredores do poder" (no caso aos "corredores do poder do município"), naturalmente que se poderia levantar a questão de um qualquer favorecimento ou conluio entre o Presidente da Câmara José Rolo e o mencionado José Sequeira. Porém, tal suspeita, esbarra no seguinte acervo factual: tendo o proprietário do

Página 5 de 6

6 de 7



MINISTÉRIO PÚBLICO - Procuradoria da República da Comarca de Faro
 Departamento de Investigação e Ação Penal - 2.ª Secção de Portimão
 Palácio da Justiça - Av. Miguel Bombarda
 8500-900 Portimão
 Telef: 282460841 Fax: 282092168 Mail: portimao.ministeriopublico@tribunais.org.pt

Proc. N.º 119/20.1T9ABF

imóvel escolhido aquela imobiliária para diligenciar pela venda do imóvel relativamente ao qual o município tinha interesse em adquirir, em princípio, a compra só seria possível mediante a intervenção daquele segundo.

Pelo exposto, repctindo, não foram recolhidos indícios da verificação do crime em análise ou de qualquer outro, razão por que, se irá determinar mais adiante o arquivamento dos autos, ao abrigo do disposto no artigo 277.º, n.º 2, do Código de Processo Penal.

*

4. Decisão:

Termos em que, não se tendo obtidos indícios suficientes da verificação de crime, determina-se o ARQUIVAMENTO dos autos, ao abrigo do disposto no artigo 277.º, n.º 2, do Código de Processo Penal.

*

Comunicações

- a) Por uma questão de transparência processual, comunique o despacho de arquivamento ao Presidente da Câmara Municipal de Albufeira e ao Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira;
- b) Decorrido o prazo previsto no artigo 278.º, do Código de Processo Penal, comunique à P.J. – Directoria do Sul (Circular da PGR n.º 4/2008);
- c) Comunique o despacho de arquivamento (com cópia) acompanhado de cópia de fls. 2A a 35 ao Conselho de Prevenção da Corrupção (cfr. artigo 9.º, n.º 3, ex vi artigo 2.º, n.º 1 alínea a), ambos da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro).

*

Em face do teor da circular n.º 14/2008-DE, averbe no Hóbilus que o arquivamento ocorreu por «outros», preservando o procedimento criminal em 27.12.2029.

Ptm, d.s. (texto elaborado em computador e
 revisto pelo sinalário que assinou electronicamente)

/HUGO PEREIRA - PROCURADOR DA REPÚBLICA/

Página 6 de 6

7 de 7